



A CONTRIBUIÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS, NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA APRENDIZAGEM DO ALUNO CEGO

Fátima Cristina Duarte Ferreira CUNHA¹

RESUMO

Com objetivo de realizar estudos sobre a contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional das salas de recursos multifuncionais na aprendizagem do aluno cego e verificar como está sendo sua aprendizagem, mencionando a contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional, foi realizada essa pesquisa. A pesquisa foi feita em escolas do município, onde percebemos que os recursos tecnológicos permitem ao deficiente visual quebrar não só barreiras sociais, mas também barreiras geográficas e de tempo, permitindo-lhe interagir com o mundo através da internet. Concluímos que o deficiente visual tem a capacidade de aprender e as novas tecnologias reconhecem e favorecem seu aprendizado. Para a elaboração do presente artigo utilizamos os seguintes autores: Mazzotta (1982), Guimarães (2005), Jannuzzi (2006), Arantes (2006), Glat (2007), Dorneles (2007), entre outras leituras.

Palavras-chave: Aprendizagem. Novas tecnologias. Deficiente visual. Sala de recursos multifuncionais.

ABSTRACT

In order to perform studies on the contribution of new technologies in the educational services of the multi-functional resources in learning the blind student and 196 verify as being their learning, mentioning the contribution of new technologies in educational services, this research was conducted. The survey was conducted in schools in the city, where we realize that the technological resources enable the visually impaired not only break social barriers, but also geographical barriers and time, allowing you to interact with the world through the internet. We conclude that the visually impaired have the ability to learn and recognize new technologies and encourage their learning. For the preparation of this article we use the following authors: Mazzotta (1982), Guimarães (2005), Jannuzzi (2006), Arantes (2006), Glat(2007), Dorneles (2007) among other readings.

Keywords: Learning. New technologies. Visually impaired. Multifunction room resources.

¹ Professora Mestre Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha é professora e coordenadora do Curso de Pedagogia da UFMS, campus de Aquidauana. E-mail: facdf@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Ao ministrar aulas de Fundamentos da Educação Especial na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Aquidauana, percebi que os alunos não estavam preparados para receber em sala de aula alunos portadores de deficiências, comecei então a elaborar oficinas com pessoas cegas, cadeirantes e surdo-mudo. A oficina que mais obtivemos rendimento e êxito foi a de cegueira, com aulas práticas em sala de aula e em sala do Ensino Fundamental. Encontrei professores treinados pelo Núcleo de Educação Especial do Estado e com firme intenção de ensinar, de ajudar na aprendizagem. As salas de recursos foram criadas e instaladas em estabelecimentos de ensino regular, contando com um professor a disposição da unidade escolar. O aluno após avaliação educacional e desenvolvimento de atividades, pode ser encaminhado a uma classe comum correspondente ao seu nível recorrendo a sala de recursos quando encontrar dificuldades de aprendizagem, devido a sua limitação visual, cuja solução não é possível pelo professor do ensino regular. O professor, entretanto deve estar atento para que sua classe não se torne uma classe especial, e evitar que os alunos ali permaneçam por tempo maior do que necessário.

De acordo com o manual de orientação da implantação das salas de recursos multifuncionais, os objetivos e ações do programa de implantação das salas de recursos multifuncionais são assim definidos:

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, destinando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa tem como objetivos: Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar. (DUTRA, 2010, p. 9).

De acordo com esses objetivos o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais, o MEC/SEESP realiza as seguintes ações:



- Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- Promoção da formação continuada de professores para o AEE;
- Encaminhamento, assinatura e publicação dos Contratos de Doação;
- Atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa;
- Apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas. (DUTRA, 2010, p. 9).

O aluno, deficiente visual ao iniciar a escolaridade não poderá ser colocado diretamente em uma classe de ensino regular, deverá ser ensinado na sala de recursos e posteriormente, após escolher a sala adequada ao aluno, encaminha-lo a classe comum. As séries iniciais favorecem a integração desses alunos e ao longo das atividades desenvolve-se uma completa integração, tanto em termos sociais, quanto pedagógicos.

Este artigo tem como objetivo, realizar estudos sobre os alunos portadores de cegueira que estão sendo inseridos no ensino regular, e em que etapa da Educação esses alunos se encontram, verificar como está sendo sua aprendizagem, qual o atendimento realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais. Qual a contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional, na aprendizagem do aluno cego. Verificar ainda como está acontecendo a interação entre o ensino regular e a sala de recursos, se existe uma comunicação entre as professoras quanto a utilização de materiais pedagógicos apropriados, se existe a utilização de novas tecnologias, qual o papel do professor do ensino regular e o papel do professor da sala de recursos, e ao longo do trabalho ir conhecendo a realidade e as dificuldades de aprendizagem dos educandos no município de Aquidauana/MS.

De acordo com Carvalho (2004) na última década, inúmeras e significativas reflexões a respeito da educação escolar, que no contexto mundial, em particular na América Latina e Caribe, tem gerado reformas no sistema educacional. Essas transformações de acordo com a autora inspiram-se no direito que todos nós temos a educação, conforme a Constituição Federal, com igualdade de acesso e permanência na escola, bem como nosso pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Existem inúmeros subsídios para se organizar ideias a respeito da concepção, princípios e diretrizes para um sistema educacional inclusivo.

De acordo com Dorneles (2007, p. 42), a utilização da informática para deficientes visuais no Brasil, foi iniciada em 1989, tendo “como meta o desenvolvimento de ambientes educacionais baseados no uso do computador com



crianças deficientes – dentre elas, deficientes visuais”, no Núcleo de Informática Aplicada a Educação (NIED) da Universidade de Campinas.

Para Mazzotta (1982) a marginalização das pessoas portadoras de deficiência, é uma ação que reflete uma atitude social de descrença nas possibilidades de mudança da situação da pessoa. Um consenso social, fundamentado na incapacidade do indivíduo leva a completa omissão da sociedade em relação a organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população. Assim, a responsabilidade partilhada e a remoção de rótulos, passam a caracterizar o atendimento aos portadores de deficiência.

Estamos em uma velocidade de informações decorrentes dos avanços da tecnologia e da ciência, isso tem provocado uma mais competição e mais desigualdade entre os povos, que levam alguns a conviver com índices inaceitáveis de injustiça social. Na área da educação, existe o compartilhamento do interesse da superação do fracasso escolar, refletidos na evasão, repetência e baixo rendimento, vivemos um enorme desafio: como efetivar os direitos assegurados a todos, para que todos possam se beneficiar da educação de qualidade.

As leis, os textos, e os discursos de acordo com Carvalho (2007), que todos professam asseguram os direitos, mas o que garante são as ações efetivas, na medida em que se concretizam. Há que se prover recursos, permitindo que os direitos humanos sejam de fato respeitados.

Com várias hipóteses, indagações surgem ao longo do processo, questionamos: como se dá o acesso desse aluno até a escola, que tipo de atendimento recebe? Como melhorar as escolas? Os recursos da informática passam a incorporar-se a vida de alunos deficientes visuais cegos e de baixa visão? Como transformar os discursos existentes em prática de ações efetivas? Existe o comprometimento do Núcleo de Educação Especial para o encaminhamento educacional? Como será o seu atendimento nas salas de recursos multifuncionais? Há interação do deficiente visual com máquinas, impressão em brailes, acesso a internet? Qual a relevância desta sala na contribuição da sua aprendizagem? Como está sendo feito a inclusão dessa criança/jovem? Para Carvalho (2007, p. 81) “todos lutam por escolas responsivas e que exercitem a cidadania de sujeitos solidários, participativos, emancipados e com capacidade crítica e reflexiva para dirigir, eticamente, seu próprio destino e contribuir para o bem comum”.

“A contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional, das salas de recursos multifuncionais na aprendizagem do aluno cego”, se justifica pela necessidade



de democratizar informações referentes ao atendimento educacional de alunos cegos, a sua aprendizagem, e a relevância das salas de recursos multifuncionais nessa aprendizagem e a contribuição das novas tecnologias no atendimento educacional. O número de pesquisas realizadas no tema acima exposto é escasso e para aprendizagem do aluno cego, um pouco mais difícil de localizar trabalhos a respeito.

De acordo com Mantoan (2006) “a igualdade de oportunidades é perversa, quando garante o acesso, por exemplo, à escola comum de pessoas com alguma deficiência de nascimento ou de pessoas que não tem a mesma possibilidade das demais [...]” Não lhe assegurando a permanência e o prosseguimento a todos os níveis de ensino, sem reconhecer a igualdade de aprender, mas com as diferenças no aprendizado.

A inclusão exige igualdade no acesso a escola, mas ao mesmo tempo a inclusão propõe a desigualdade de tratamento, como uma forma de restabelecer a igualdade. A diferença propõe conflitos, e não se enquadram na cultura da igualdade das escolas, é necessário “reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada”. (ARANTES, 2006).

Para estabelecer uma condição de igualdade nas escolas é necessário políticas igualitárias e democráticas, apesar do ensino escolar brasileiro continuar aberto a poucos e haver o despreparo dos professores, o processo de transformação é lento, mas rumo a novas possibilidades, apesar da inclusão não ser bem compreendida, havendo segregados na educação.

De acordo com Glat (2007) é necessário políticas igualitárias e democráticas, mas é necessário também o apoio, conforme a autora “é imprescindível que se estabeleça uma rede de comunicação entre os profissionais que atuam nas diferentes modalidades”, pois são “são agentes co-responsáveis pela efetivação de inúmeros processos durante a escolaridade desse aluno”.

Precisamos nos ater a como a educação foi ao longo dos anos, qual o seu desenrolar. Verificamos que a educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente no Brasil no fim do século XVIII e começo do XIX, com ideias liberais presentes nos movimentos da Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que de acordo com Jannuzzi (2006) reuniram na mesma luta uma série de profissionais e foram acentuados a partir da Independência.

A educação das crianças deficientes encontrou no país pouca manifestação. Poucas instituições surgiram e sem escritos sobre sua educação, e a sociedade de então,



se proteger do adulto deficiente na Constituição de 1824 (título II, artigo 8º, item 1º), privando-o do direito político. Em relação a educação do deficiente é criado no município da Corte o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant (Decreto nº 1.320 de 24 de janeiro de 1891, publicado no Diário Oficial) e alguns depois o Instituto dos Surdos-Mudos.

Essas duas instituições foram intermediadas por vultos importantes da época, que transmitiram ensinamentos especializados aceitos como fundamentais a esses alunos.

A história da educação dos deficientes vem desenvolvendo-se através de tentativas práticas, muitas vezes criações deles próprios para vencer os desafios com que se defrontam nos diversos tempos e lugares; pela observação e esforço cotidiano de pessoas empenhadas em ajudar-lhes a sobreviver e ainda pela aplicação de conhecimento auferidos nas diversas ciências. (JANNUZZI, 2006, p. 28).

De acordo com Jannuzzi (2006) a partir do século XVIII, foram inventadas várias formas de ensinar e ler, através de alfabetos que poderiam ser percebidos pelo tato, como letras gravadas em madeira, fundida em chumbo ou recortadas em papelão. Porém foram desaparecendo com o tempo por serem difíceis de manusear e também de serem assimilados pelo conhecimento. Ficou o sistema Moon, inventado em 1845 na Inglaterra por Willian Moon (1818-1894), que manteve o contorno da letra era mais fácil para pessoas mais maduras, foi utilizado até 1970.

Louis Braille (1809-1852), que era francês e que ficou cego aos 03 anos de idade, frequentou o Instituto dos Jovens Cegos de Paris e lá encontrou 14 livros com caracteres em relevo e que raramente era utilizado pelos alunos, devido a dificuldade em manuseá-los.

Teve então contato com o sistema de Charles Barbier, oficial da armada francesa, “que inventara um código em 1819, a partir de pontos, a fim de que houvesse comunicação noturna em campo de batalha. Então a partir desse sistema, Braille, em 1824, desenvolveu o sistema que recebeu seu nome.” (JANNUZZI, p. 29, 2006). Apesar de ter sido morador do instituto durante toda sua vida, a sua criação só foi aprovada oficialmente dois anos após a sua morte.

De acordo com Guimarães (2005, p. 51) em Mato Grosso do Sul, no que se refere à educação, havia um enorme descaso. As dificuldades não se restringiam às distâncias, apenas, mas também aos processos de comunicação. “As próprias relações de poder eram muito distantes dos “sujeitos”, que para conseguirem qualquer tipo de direito, independentemente de sua garantia em Lei, precisam remeter-se ao poder



constituído”. (GUIMARÃES, 2005, p. 51).

De acordo com Mazzotta (1982, p. 52) diante da dificuldade de aprendizagem pela limitação visual, cuja solução não será possível na classe comum, o aluno recorre então a sala de recursos “onde pode utilizar os materiais e equipamentos necessários e receber orientação do professor de educação especial”. (MAZZOTTA, 1982, p. 52). No entanto os dois devem trabalhar em conjunto.

Segundo Masi (2002) as salas de recursos foram criadas e instaladas em estabelecimentos de ensino regular, obedecendo a critérios do órgão central de educação e deve contar com um professor especializado a disposição da escola onde a mesma for instalada. Para o autor, neste tipo de atendimento,

O aluno cego ou portador de visão subnormal, após avaliação educacional e desenvolvimento de atividades introdutórias, pode ser encaminhado a uma classe comum correspondente ao seu nível de adiantamento, recorrendo a sala de recursos quando encontrar dificuldades de aprendizagem decorrentes de problemas impostos por sua limitação visual, cuja solução seja impossível através de recursos utilizados por professor do ensino regular. (MASI, 2002, p. 15).

Apesar do aluno estar matriculado em classe comum, sempre que necessário, poderá recorrer aos materiais ou equipamentos, para facilitar sua aprendizagem. Em Aquidauana cinco escolas estaduais mantém funcionando em suas dependências a Sala de Recursos Multifuncionais.

As professoras são incentivadas a se especializarem, fazendo cursos pela internet ou presenciais. Recebem algumas orientações através do Instituto para Cegos de Campo Grande, referente a atividades de alguns alunos deverão desenvolver. Mas devemos reconhecer que poucas escolas públicas possuem computadores e professores capacitados a intermediar a aquisição de conhecimento com uso de programas específicos.

Ao verificar “A contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional, das salas de recursos multifuncionais na aprendizagem do aluno cego”, disponibilizamos observações referentes aos indivíduos com deficiência visual no município de Aquidauana, sensibilizando, quem sabe, as demais pessoas, demonstrando a importância da inclusão, da aprendizagem desses alunos.

Demonstrando que não são inaptos e limitados, mas que podem compreender e se estabelecer, em um convívio harmonioso na sociedade, trabalhando, estudando, se posicionando. Contamos com o apoio de profissionais de educação, que de acordo com



Guimarães (2005), existem responsabilidades por parte do professor de ensino especial onde

O educador especializado tem por missão proporcionar os apoios necessários para que a criança cega possa ter sucesso escolar numa classe regular. Todas as responsabilidades do educador especializado se encontram, de algum modo, ligadas ao apoio direto que ele deverá dispensar à criança, ao respectivo professor ou família. É bom não esquecer que não cabe ao educador especializado a responsabilidade do ensino da criança cega. É ao professor do ensino regular que compete fazê-lo. (GUIMARÃES, 2005, p. 55).

Existem algumas dificuldades a serem sanadas no processo de educação do alunado com deficiência visual, uma das principais é a insuficiência de recursos específicos, para que haja uma aprendizagem a contento.

A falta de visão não pode, contudo, servir de desculpa para que o professor se esforce e de o melhor de si, no auxílio do aluno. Ele é capaz, e estará transformando sua vida, em uma melhor integração com os demais, não ficando mais a margem da sociedade, se escondendo, matando seus sonhos. Acredito que assim, esse estudo irá colaborar com suas pesquisas e futuros artigos a novos pesquisadores, abrindo um leque um pouco maior de informações disponíveis. O que pensam a respeito da inclusão de alunos com deficiência visual, qual o preconceito existente no ambiente escolar, na família, na comunidade, como está sendo o processo de inclusão desses alunos nas salas de recursos multifuncionais, como está sendo a parceria com o professor do ensino regular, qual o apoio pedagógico, logístico, legal e metodológica existente. Quais as tecnologias utilizadas, pois de acordo com Dorneles (2007, p. 47) “os recursos tecnológicos permitem ao deficiente visual quebrar não só barreiras sociais, mas também barreiras geográficas e de tempo, permitindo-lhe interagir com o mundo através da internet.” Segundo a autora esses ganhos derivam do fato básico de que o deficiente visual tem a capacidade de aprender, e as novas tecnologias reconhecem e favorecem seu aprendizado.

Com a pesquisa “A contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional, das salas de recursos multifuncionais na aprendizagem do aluno cego”, compreendemos o processo educacional de pessoas com deficiência visual, que independentemente da causa ou período, interfere em diversas habilidades e atividades cotidianas do indivíduo, afetando sua própria vida, mas também a das pessoas com as quais convive, em sua comunidade.



Segundo Glat (2007, p. 120) “a escolarização da pessoa cega ou com baixa visão é de modo geral viável em todos os níveis, desde que lhe sejam oferecidos os meios necessários para o desenvolvimento de sua autonomia e independência”. Acreditamos que ao observar uma pessoa com deficiência visual percebemos que a perda da visão, aguça outros sentidos, compensando com outras habilidades. Como se caracteriza o ensino/aprendizagem em alunos cegos, em uma sala de aula regular, no contexto de inclusão?

Segundo Dorneles (2007) esses ganhos derivam do fato básico de que o deficiente visual tem a capacidade de aprender, e as novas tecnologias reconhecem e favorecem seu aprendizado.

Para Arantes (2006), é inegável a expansão no Brasil das matrículas iniciais no ensino fundamental, sobretudo a partir da década de 90, e com esse avanço, as preocupações governamentais passaram a ser garantia da qualidade de ensino.

Embora haja a violação do acesso a educação, com muitas crianças e jovens fora da escola. Embora haja ausência de dados educacionais especiais, há garantido o acesso a escola, o acesso a educação, para que haja o desenvolvimento das capacidades, física, intelectual e moral da criança, visando sua melhor integração individual e social.

Um aspecto fundamental é o relato de vida, onde observaremos se houve oportunidades para aprender, pois de acordo com Masi,

A criança privada de uma modalidade sensorial tão importante como a visão, terá necessidade de experiências sensoriais compensatórias através de outras vias perceptivas não afetadas. No entanto, para que o aprendizado se efetive, essas experiências devem ser significativas para a criança. Norris e colaboradores realizaram um estudo durante cinco anos, com aproximadamente 300 crianças pré-escolares, o que os levou a concluir que tais crianças necessitam de oportunidades para aprender e não, simplesmente, de estimulação. (MASI, 2002, p. 9).

Assim poderemos verificar, de acordo com a autora, como aconteceram as estratégias de aprendizagem. Segundo Carvalho (2004):

Para muitos educadores, (regentes de turmas, coordenadores pedagógicos, orientadores, supervisores, gestores educacionais), a inclusão em educação, sem levar em conta esses e outros dados, é entendida como sinônimo de movimentação de todos os alunos das classes ou das escolas especiais para o ensino regular, pressupondo-se que a simples inserção desses alunos nas turmas ditas comuns significa que estão incluídos e integrados com seus pares, “normais” e exercendo seu direito de cidadania de apropriação e construção do saber e do saber fazer. (CARVALHO, 2004, p. 87).



Segundo a autora tendo como consequência a preocupação com o destino dos serviços prestados a esses alunos, bem como dos profissionais atuantes.

Para Glat (2007) a educação inclusiva

Significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por problemas de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. (GLAT, 2007, p. 16).

De acordo com a autora a educação inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar, que visa o desenvolvimento de respostas educativas e que atinja a todos os alunos e através de entrevistas, de fatos narrados podemos utilizar a observação ao longo do percurso de análises, observações e entrevistas, elaborando anotações através das impressões efetuadas.

Dentro das entrevistas elaborar um levantamento da história de vida dos envolvidos, aluno e mãe, pois de acordo com Masi (2002),

A criança cega, muitas vezes, chega a escola sem um “passado” de experiências como seus companheiros videntes, não apresenta as rotinas da vida cotidiana de acordo com a sua idade, os seus conceitos básicos como esquema corporal, lateralidade, orientação espacial e temporal são quase inexistentes e sua mobilidade difícil, o que poderá levar a baixa estima que dificultará o seu ajustamento a situação escolar, estranha e, muitas vezes aterrorizadora. (MASI, 2002, p. 27).

Segundo a autora, pela visão a criança estabelece suas primeiras relações com o meio, e percebe a forma, tamanho, distância, etc. conseqüentemente, a criança cega precisa ser ajudada em seu contato e interação com o mundo em que vive.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos analisar a formação continuada do professor, que deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino e que devem assegurar professores aptos a elaborar “e a implantar novas propostas e práticas



de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.” (ARANTES, 2006, p. 57).

Os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem para aprimorar o atendimento aos alunos.

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, para que possamos estar voltados a novos entendimentos e estudos para melhor atender aos alunos que dela necessitam.

Ao se trabalhar e pesquisar crianças cegas ou portadoras de visão subnormal há necessidade de um conhecimento prévio de cada caso, “para elaboração de um plano educacional adequado as características e necessidades do educando. Algumas informações importantes devem ser colhidas junto aos pais ou responsáveis pela mesma, as quais serão posteriormente ampliadas ou rejeitadas” (MASI, 2002, p. 7), isso de acordo com o desenvolvimento das atividades no contato direto com o aluno.

Ao pesquisar deficientes visuais, com escassez de informações, ou trabalhos a respeito, estaremos efetuando um levantamento a respeito de inclusão/exclusão, igualdade/diferença, educação/aprendizagem, salas de recursos multifuncionais, a caracterização de crianças cegas ou portadoras de visão subnormal, “a criança ou jovem de baixa visão que vai perdendo-a progressivamente, poderá estar mais bem preparada para a aceitação da perda total, enquanto aqueles que a perdem subitamente podem ter reações diferentes, requerendo apoio e compreensão [...]” (MASI, 2002, p.7).

Colher informações junto aos pais ou responsáveis, orientação dos professores do ensino regular e das salas de recursos multifuncionais. Efetuar um levantamento sobre a ocorrência da deficiência se ocorreu antes ou depois da alfabetização, “uma vez que poderá haver maior resistência ou dificuldade para aceitação da escrita Braille” (MASI, 2002, p. 7).

A cegueira pode ter efeitos graves sobre o desenvolvimento da criança, havendo impedimentos ou incapacidade, impondo algumas limitações e restrições ao desenvolvimento. Os efeitos da cegueira são determinados pela cultura e pelo ambiente e podem ser minimizada por programas de prevenção, orientação aos pais e esclarecimentos a comunidade. O ambiente familiar e a atitude dos pais é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Os pais sofrem conflitos pela cegueira



do filho e talvez a partir daí surjam algumas dificuldades, pela expectativa de ter um filho perfeito e a chegada da criança cega não corresponde ao seu ideal de filho.

Sentimentos de culpa podem aparecer, preconceitos, medo, assim a criança chega a escola com baixa autoestima, que dificultara o seu ajustamento a situação escolar.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Valéria A. (org). MANTOAN, Maria T. Égler, PRIETO, Rosângela G., **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DORNELES, Claunice M. **A contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem do deficiente visual**. Campo Grande/MS: Ed. da UFMS, 2007.

DUTRA, Cláudia P. **Manual de orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais**. Brasília: SEESP/MEC, 2010.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GUIMARÃES, Mariuza A. C. **A normalização na prática pedagógica e a construção do conceito de inclusão nas escolas comuns da educação básica**. 2005. 118 p. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2005.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas/SP: Associados, 2006.

MANTOAN, Maria T. Égler, PRIETO, Rosângela G., ARANTES, Valéria A. (Org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MASI, Ivete de. **Deficiente Visual: Educação e Reabilitação**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2002.

MAZZOTTA, Marcos J. da S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982.

CUNHA, Fátima Cristina Duarte Ferreira. A contribuição das novas tecnologias, no atendimento educacional das salas de recursos multifuncionais na aprendizagem do aluno cego. **Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP**, Aquidauana, v. 1, n. 1, p. 158-169, out. 2014.